

A. I. Nº - 206767.0001/01-7
AUTUADO - LS SOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AUTUANTE - WALDETE SANTOS DA INVENÇÃO
ORIGEM - INFAZ BROTAS
INTERNET - 07.02.02

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0003-02/02

EMENTA: ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Operações regularmente escrituradas nos livros fiscais. Imputação não elidida. **2. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. OPERAÇÕES DE SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM DOCUMENTOS FISCAIS.** A diferença das quantidades de saídas de mercadorias apurada mediante levantamento quantitativo de estoques constitui comprovação suficiente da realização de operações sem emissão da documentação fiscal exigível. Infração caracterizada. **3. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. OPERAÇÕES ESCRITURADAS NOS LIVROS FISCAIS.** Diferença constatada pela apuração de saldo credor do mês anterior sem comprovação de sua origem. Comprovada a ocorrência. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 15/03/2001, reclama o valor total de R\$8.763,56, em decorrência dos seguintes fatos:

- 1) Falta de recolhimento do ICMS relativo aos meses de 02/96 (R\$485,32); 10/97 (R\$1.931,99); 11/97 (R\$137,96) e 12/97 (R\$1.824,58), nos prazos regulamentares, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, conforme demonstrativo à fl. 11.
- 2) Falta de recolhimento do imposto, no valor de R\$3.246,04, relativo às operações de saídas de mercadorias tributadas efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias alusivo ao exercício de 1996, conforme demonstrativos às fls. 08 a 10.
- 3) Recolhimento a menor do ICMS no valor de R\$1.137,67, em decorrência de erro na apuração do imposto devido, referente a saldo credor do mês anterior em igual valor, sem a comprovação de sua origem.

Consta à fl. 18 que o autuado tomou conhecimento do Auto de Infração em 30/03/01, e deixou de apresentar defesa no prazo regulamentar, sendo lavrado o Termo de Revelia no dia 21/06/01, e encaminhado o processo para a Procuradoria da Fazenda, para inscrição em dívida ativa.

Em 29/10/01, o processo foi devolvido para a INFAZ Brotas, para seguir os trâmites legais, tendo em vista que o autuado havia apresentado sua defesa administrativa em 27/04/01, conforme informação do processo à fl. 28.

Na defesa fiscal às fls. 29 a 30, o autuado impugnou o lançamento tributário consubstanciado no Auto de Infração, na forma que segue:

Relativamente à infração 01, alega que os valores autuados foram recolhidos através de parcelamento, conforme extrato de sua conta corrente nº 200051-0, mantida no Banco do Brasil. Informou, ainda, que compareceu na repartição fazendária e na SEFAZ no Centro Administrativo da Bahia para esclarecer a situação do parcelamento, sendo informado que o processo não consta do sistema SIDAT.

Quanto à infração 02, o defendente discorda do levantamento quantitativo, dizendo que, se devido fosse o ICMS levantado pela autuante, o cálculo deveria ser apurado mês a mês, e não no mês de maio/96.

Sobre a infração 03, o autuado diz que o valor exigido já foi incluído na apuração da infração 01, no mês de dezembro/97.

Na informação fiscal à fl. 38 dos autos, a autuante rebate as razões defensivas, e mantém a sua ação fiscal pela procedência do Auto de Infração.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado sob acusação do cometimento das seguintes infrações:

- 1) Imposto lançado nos livros fiscais e não recolhido nos prazos regulamentares;
- 2) Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de levantamento quantitativo;
- 3) Erro na apuração do imposto mensal.

Ao impugnar o item 1, o autuado em sua defesa alegou que o débito relativo aos meses de 02/96 (R\$485,32); 10/97 (R\$1.931,99); 11/97 (R\$137,96) e 12/97 (R\$1.824,58), foi pago através de parcelamento debitado em sua conta corrente bancária, conforme extratos às fls. 31 a 35.

Na análise de tais extratos bancários, constata-se que realmente consta no período de novembro de 1999 a setembro de 2000, lançamentos a débito com o histórico “D.A. SEFAZ”, que totalizam o montante de R\$2.353,84. Contudo, não é possível fazer-se uma correlação daqueles lançamentos bancários com o valor exigido no Auto de Infração. Para que sejam acatados os valores apresentados na defesa, faz-se necessário que seja comprovado a existência do alegado parcelamento, com a respectiva discriminação das parcelas denunciadas, pois no sistema de informação da SEFAZ nada consta registrado a título de parcelamento de débito em nome do contribuinte autuado, conforme declaração do próprio autuado. Por isso, concluo que procede o reclamo fiscal deste item.

No tocante à infração 02, observa-se que a mesma foi apurada através de levantamento quantitativo da mercadoria “CINESCÓPIO”, inerente ao exercício de 1996, cujo débito corresponde com a diferença entre a quantidade da mercadoria com defeito remetida para o fabricante e a quantidade da mercadoria nova substituída em garantia, conforme notas fiscais relacionadas às fls. 08 a 10 dos autos.

Na defesa fiscal, o autuado não contesta os números apurados no levantamento, no entanto, argui que a apuração deve ser feita mês a mês. Considerando que o fato gerador refere-se ao período de janeiro a dezembro de 1996, entendo que utilizando-se os mesmos dados do levantamento, se for adotado o cálculo mês a mês, o resultado com base nos mesmos números não seria modificado, pois, das 193 mercadorias remetidas para o fabricante, somente foram comprovadas, dentro do próprio exercício mediante a emissão de notas fiscais, a quantidade de 44. Por outro lado, decorridos cerca de quatro anos, entre a data das notas fiscais e a lavratura do Auto de Infração, o autuado poderia muito bem ter justificado a destinação das mercadorias que foram devolvidas ao fabricante em garantia. Assim, subsiste a infração.

Finalmente, com relação à infração 03, observo que não assiste razão ao autuado em seu argumento de que o valor exigido figura da infração 01, visto que, conforme consta à fl. 11, o ICMS devido no mês 12/97 que era de R\$2.962,25, foi incluído no item o valor de R\$1.824,58, resultando, assim, na diferença exigida neste item no valor de R\$1.137,67.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** Auto de Infração nº **206767.0001/01-7**, lavrado contra **LS SOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$8.763,56**, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 50% sobre R\$4.379,85, 60% sobre R\$1.137,67 e 70% sobre R\$3.246,04, previstas no artigo 42, I, “a”, e II, “a”, da Lei nº 7.014/96, e art. 61, I, “a” e IV “a” da Lei nº 4.825/89, e dos acréscimos moratórios correspondentes.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de janeiro de 2002.

FERNANDO A. B. DE ARAÚJO – PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BACELAR – RELATOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR